

## CONSTITUINTE

## “Eleição direta é a esperança”, dizem Covas e Montoro

por Cecília Pires  
de Brasília

Marcar eleições para presidente da República no próximo ano é a única maneira, na opinião do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, de fazer com que o povo brasileiro volte a ter esperança. “E preciso marcar um horizonte para que o povo saiba que as coisas podem mudar para melhor”, disse Covas. As manifestações de insatisfação da população, “cujos aspectos de violência todos condenam”, segundo Covas, reforçaram ainda mais a tese do senador em favor da necessidade de realizar a convenção do PMDB, onde pretende defender, em plenário, a votação do prazo do mandato do presidente Sarney.

O ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, também defendeu a mesma tese. “É claro que a eleição direta é sempre uma forma de devolver a esperança”, disse Montoro. Defendeu, no entanto, que as manifestações de violência ocorridas ontem no Rio de Janeiro sejam rigorosamente investigadas.

Na opinião do senador José Richa, nem o governo, nem os políticos, nem as instituições têm mais credibilidade. “O povo chegou quase a uma exaustão. Chegamos a um ponto em que qualquer plano para ter a credibilidade da Nação precisaria ser uma coisa muito clara, de resultados inquestionáveis”, disse Richa. E o prazo necessário para que o Plano Bresser dê certo, na opinião de Richa, que é de noventa dias, não está sendo tolerado pela população.

Richa discordou, entretanto, de seu principal aliado na Constituinte, o sena-

dor Mário Covas, sobre a oportunidade de realização da Convenção do PMDB. “Como fazer um convenção na hora em que os políticos estão perplexos, sem saber o que fazer?”

O senador condenou julgamentos precipitados sobre os culpados dos episódios que envolveram a comitiva presidencial, na última quinta-feira, e as manifestações de ontem, ambas no Rio de Janeiro.

O deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), autor do abaixo-assinado que acabou levando à convocação da convenção do partido, também acredita que os últimos acontecimentos apenas reforçam a necessidade da manifestação do partido a respeito das eleições. “Todos os fatos que estão acontecendo mostram claramente o descontentamento da população e me dão a certeza de que o mandato do presidente deve continuar sendo o mesmo que foi objeto do acordo para a transição com Tancredo Neves, o mandato de quatro anos.”

Fruet defendeu ainda, referindo-se às manifestações do Rio de Janeiro, que, “independentemente da condenação que fazemos, estes acontecimentos devem servir de profunda reflexão para o partido, pois ou o programa do PMDB não se compatibiliza com a vontade popular ou o governo não está cumprindo o programa do PMDB”, concluiu, preferindo a segunda alternativa. “No momento em que, por falta de uma direção mais clara, os filiados do partido não recebem uma orientação correta dos rumos que vão ser seguidos, não têm motivação nenhuma para continuar defendendo o governo”, finalizou.

## Planalto prepara projeto próprio para apresentar na Assembléia

por Mariângela Mamú  
de Brasília

Assustado com o anteprojeto elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, o presidente José Sarney decidiu adotar uma nova estratégia na Constituinte. A partir de agora, o governo vai trabalhar febrilmente num anteprojeto próprio que será apresentado de forma pulverizada nas próximas semanas. Para cada artigo que será apresentado e discutido em plenário, o governo apresentará um substitutivo. O trabalho já foi encomendado ao consultor geral da República, Saulo Ramos, e ao deputado Carlos Sant'Ana, líder do governo na Constituinte, segundo uma alta fonte do governo.

A decisão nasceu no último fim de semana, no sítio de São José do Pericumã, depois que o presidente leu e analisou cuidadosamente o imenso anteprojeto apresentado por Cabral. A colaboradores íntimos ele chegou a sugerir que o texto, a ser aprovado como está, poderá levar o País a uma grave crise, pois ficaria impraticável governar com leis tão “confusas”.

O presidente foi particularmente energético ao analisar a parte do anteprojeto que define os direitos do cidadão, pois a dos deveres não está igualmente clara, dando a impressão de que fica anulada a presença do Estado.

Da mesma forma foi criticada a maneira como o anteprojeto do deputado Bernardo Cabral trata do sistema de governo. Para o presidente, não está

claro, no texto, se a Comissão de Sistematização propôs um sistema parlamentarista ou presidencialista, o que forçará a divisão do governo entre um presidente, um primeiro-ministro e um conselho de ministros, além da Câmara e do Senado.

Para fazer aprovar um projeto que considera mais “realista”, o presidente José Sarney entregou ao senador Marco Maciel a outra ponta da estratégia do governo. O presidente do PFL está encarregado, desde um almoço na última segunda-feira, no Palácio da Alvorada, de estimular no Congresso a formação de um grupo de centro, que dará apoio ao anteprojeto de Constituição do governo.

“É preciso coibir os excessos. O texto final da Constituição precisa refle-

tir as tendências da sociedade”, disse o presidente a um de seus colaboradores mais próximos. Para conseguir este texto, o senador Marco Maciel já começou a trabalhar febrilmente. No PFL ele já conta com o apoio de correligionários como o ex-governador José Agripino, do Rio Grande do Norte, com quem também almoçou no início da semana.

Ontem, Maciel reuniu-se com o presidente de honra do PDC, Mauro Borges, de Goiás. Após o encontro, Maciel afirmou que “apesar de a Constituinte estar reunida há cinco meses, ainda não se tem um projeto com relação à conclusão da transição no País”.

Amanhã, o senador Marco Maciel volta a se reunir com diversos representantes de partidos políticos.